



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11443 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04/GT 12 -Didática, Currículo e Tecnologias Digitais

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NA ARENA DE DISPUTAS: o que dizem os coletivos que defendem a escola pública?

Bianca Nascimento dos Santos - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Arthane Menezes Figueirêdo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NA ARENA DE DISPUTAS:
o que dizem os coletivos que defendem a escola pública?**

Introdução

Este trabalho apresenta uma discussão com objetivo de analisar o posicionamento de quatro entidades educacionais brasileiras que discutem e se posicionam coletivamente em favor da educação pública no país e que são reconhecidas nacionalmente pelas enormes contribuições às pesquisas acadêmico-científicas. São elas: Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Brasileira de Currículo (ABdC).

A pesquisa se vincula ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia), no âmbito dos programas de Pós graduação da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual de Roraima (UERR), com financiamento da CAPES e ao Núcleo de Estudos em Currículos e Processos Formativos de Professores e Professoras das Amazônias (Nucfor) cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, fazendo parte como bolsista do projeto para Programas Emergentes FAPEAP/CAPES/UNIFAP.

No presente texto, analisamos as manifestações dessas entidades em relação à aprovação e implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto política educacional curricular no Brasil, discutindo as tensões que se engendram em torno da

formação dos sujeitos, e das disputas pelo tipo de homem/sociedade que tais normativas desejam constituir. Trata-se de um recorte de uma pesquisa qualitativa e documental em andamento no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Historicamente, em diferentes tempos e espaços, o currículo é sistematizado pelas políticas educacionais, tornando-se o eixo central da escola na formação e produção de sujeitos sociais. Para Apple (1999) é importante reconhecer o fato de que vivemos sob relações capitalistas, relações de poder múltiplas e contraditórias, que se constituem e se reconstituem nas relações de classes, presentes em quase todas as situações, sendo ingênuo ignorá-las. É nesta seara que se travam as disputas, as relações de poder que permeiam as políticas que se materializam na educação, no tipo de homem e de sociedade. Para Silva (2019) o currículo está intrinsecamente no campo das lutas de classes.

[...] o currículo é definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporizado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz - culturalmente - as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. É um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político (SILVA, 2019, p. 147-148).

A perspectiva de Silva (2019) apresentada no fragmento epigrafado coloca o currículo em uma dimensão estrutural e relacional, numa perspectiva política – que dá centralidade às relações de poder. Nesta perspectiva, o currículo não é neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos; não se limita aos conteúdos, aos planos de ensino, mas ultrapassa a sala de aula e se imbrica em relações de poder, de interesses e conhecimentos que representam alguém, um grupo, uma classe. Sua seleção é o resultado de um processo que reflete interesses particulares de classes, sobretudo, das classes dominantes.

Ao discorrer sobre currículo, concordamos com Pereira (2010) quando afirma que o currículo se encontra num campo de disputas e que não é um conjunto de conhecimento neutro, mas carrega consigo, ideologias, visões de mundo, de homem e de educação, que expressam uma historicidade, um contexto. E ainda é preciso atentar que, “em cada fase histórica, corporifica-se uma significação de currículo que lhe dá forma a partir das concepções das políticas públicas relativas aos modelos econômicos, social, educacional e cultural” (Pereira, 2016, p. 02).

Nesta arena de disputas pela formação do homem, e, conseqüentemente da sociedade, está a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 20 de dezembro de 2017, de caráter obrigatório para a Educação Básica, servindo de base para a formulação/reformulação dos currículos escolares. Nos movimentos de sua construção esteve presente o Movimento pela Base Nacional Comum que congregou entidades e organizações empresariais, que em estudos como o de Pires (2020) estão para além da articulação entre pessoas, organizações e entidades; na verdade, “a atuação política dessa organização é fortalecida por sua articulação com outros aparelhos de hegemonia, inclusive ao nível internacional, produzindo e introduzindo na agenda do país seu projeto de classe (PIRES, 2020, p. 152).

Criado em abril de 2013, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir das discussões realizadas no Programa “Liderando Reformas Educacionais: fortalecendo o Brasil para o século XXI”, realizado na Universidade de Yale (EUA), o Movimento pela Base se compõe de intelectuais orgânicos da classe empresarial e é patrocinado pela Fundação Lemann em conjunto com outras instituições públicas e privadas (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019). Na arena de disputa do currículo e do lado oposto dos grupos empresariais e hegemônicos, temos coletivos que defendem outro projeto de sociedade, com currículos mais democráticos e balizadores da autonomia humana.

Método

O estudo teve caráter qualitativo e documental, e foi constituído com base dialética. Foram analisados documentos emitidos em contraposição à elaboração e implementação da BNCC no Brasil, a partir do posicionamento de quatro entidades educacionais reconhecidas nacionalmente no Brasil pelo envolvimento com as discussões educacionais em defesa da escola pública e pelo número significativo de associados e participantes dos fóruns e discussões que envolvem os temas da área educacional.

Os documentos foram analisados a partir de duas categorias: 1. As tensões que se engendram em torno da formação dos sujeitos a partir das normativas que instituem a BNCC no Brasil, e 2. As disputas pelo tipo de homem/sociedade que tais normativas desejam constituir. A análise dos dados da pesquisa se deu a partir do confronto entre os achados da investigação e a visão das entidades em torno da perspectiva de formação que defendem em contraposição à formulação mercadológica, hegemônica e reguladora das práticas e conhecimentos considerados válidos na formação dos sujeitos no decorrer da educação básica.

Posicionamento dos coletivos diante da BNCC

A disputa pela educação proposta na BNCC tornou-se tão tensa que muitas Universidades e instituições se posicionaram contrariamente à sua construção. Entre elas está a Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação (ANFOPE), que repudiou o processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC, bem como sua implementação. Em sua carta de repúdio à BNCC, a ANFOPE justifica dizendo que desde a primeira versão a BNCC impõe uma centralização curricular em uma uniformidade incapaz de reconhecer a diversidade brasileira, além de possuir caráter impositivo, destacando que,

a condução por imposição da terceira versão da BNCC, e também seu processo de produção que desconsiderou as críticas propositivas das entidades educacionais e privilegiou fortemente setores do empresariado interessados na padronização do ensino para atender fins mercadológicos. [...] rejeitamos a implementação de uma BNCC dissociada das demandas formativas e realidades locais, que não foi alvo de discussão nas escolas, em cada município e estado brasileiro, mas que já possui, antes mesmo de aprovada, um Guia de Implementação, desvelando, assim, seu caráter impositivo e a falácia de audiências que apenas simulam um diálogo com a nação (ANFOPE, 2018).

Para a ANFOPE a atenção dada ao empresariado e a seus interesses no processo de produção da BNCC desconsiderando as críticas propositivas ao documento, revela imposição

e falácia quanto a participação das entidades e sociedade civil. Que os momentos de diálogo com professores, entidades e sociedade civil (Seminários, audiências, etc) apenas simularam um diálogo, uma vez que não foram respeitadas as diferentes vozes.

Nesse mesmo sentido, a ANPEd se posicionou criticamente desde 2015 contra a BNCC, cujas críticas se pautaram na metodologia de elaboração que privilegia os especialistas e subalterna o diálogo com a comunidade escolar, na falta de autonomia das escolas que se fragilizam com a centralização da BNCC, na inspiração do documento com centralização curricular inspirado no currículo da Austrália e na reforma curricular chilena – que já são criticados em diversos estudos e, principalmente, pelo currículo pautado em competências. Para a ANPEd a retomada das competências “ignora o movimento das Diretrizes Curriculares Nacionais construídas nos últimos anos e a crítica às formas esquemáticas e não processuais de compreender os currículos” (ANPED, 2020).

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, também fez seus comentários e posicionamentos em relação à BNCC através do texto “Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” ainda na fase inicial. O texto começa pontuando que a “BNCC é uma parte importante da construção do currículo escolar da educação básica brasileira e também se apresenta como campo de disputas profundas entre projetos distintos de sociedade e de educação” (ANPAE, 2020). Faz uma alerta para a possibilidade de regulação e controle dos sistemas de ensino em nível nacional e do entendimento restrito de currículo nacional e conteúdos mínimos prescritivos por meio de competências e habilidades.

A Associação Brasileira de Currículo (ABdC) também tomou partido contrário à BNCC, argumentando que o documento favorece hegemonias e fortalece a exclusão social quando não respeita os professores e suas instâncias representativas. Ressalta que o direito de aprender transcende o direito às aprendizagens de conteúdo definidos pelas autoridades da educação. A ABdC questiona o sentido de base:

O que é uma base? Aquilo sobre o que se erige algo, uma fundação, um solo. Não nos parece que um documento que define resultados, metas e habilidades que os alunos terão ao sair da escola, possa ser considerado uma base. Ele define onde se quer chegar e não de onde se parte [...] A racionalidade que guia essa forma de fazer currículo é a de estabelecer o que se espera na saída. Dessa forma, ele não é uma base, mas um teto, um limite predeterminado (OLIVEIRA, FRANGELLA, MACEDO, 2015, p. 2).

Na compreensão da ABdC a BNCC não está preocupada com as questões que permeiam a partida da caminhada escolar, o acesso do aluno a escola, sua permanência, suas condições materiais de aprender. Será que todos terão as mesmas condições materiais de aprender? Esses condicionantes não são importantes para a base. O importante é ter pessoas com as competências e habilidades que possam servir para os intentos do mercado – o que justifica a presença do empresariado no currículo nacional.

Um ponto comum entre as críticas desses coletivos à BNCC está justamente na presença

de grupos empresariais no planejamento, construção e implementação da BNCC. Macedo (2014) indica a participação na elaboração da BNCC de antigas parcerias do MEC oriundas da classe empresarial: Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras - além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann. Todos pela Educação (TPE), Amigos da Escola, dentre outros. Pereira (2019) tece uma linha do tempo do TPE que teve agenda importante nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, lançado em 2006 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Entretanto, trata-se de um forte grupo empresarial liderado pelo banco Itaú, Grupo Gerdau e outros, que influem nas políticas educacionais.

Outro ponto que merece atenção é que a BNCC é um documento curricular para a Educação Básica, mas em dezembro/2017 foi homologada somente a BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental. A BNCC do Ensino Médio foi homologada 1 ano depois – fragmentando o debate para a Educação Básica e dissociando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental do todo. Para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a “retirada do Ensino Médio do documento fragmentou o sentido da integração entre os diferentes níveis da Educação Básica, ao produzir centralização específica na Educação Infantil e Ensino Fundamental” (ANPED, 2019).

Considerações Finais

O posicionamento dos coletivos elucida que o currículo se movimenta na luta de classes e que seus principais mentores desconsideraram as proposições e críticas tão importantes de coletivos que diretamente fazem a educação, privilegiando as vozes do empresariado. A centralização curricular, o currículo por competências, a regulação e o controle sobre o processo educacional, a fragmentação da discussão da Educação Básica desde o início da discussão da BNCC, bem como os conteúdos mínimos e prescritivos, são pontos que não podem passar despercebidos e não favorecem a classe trabalhadora.

Nesse campo de tensões e engendramentos, na contramão dos defensores da BNCC, esses coletivos defendem a diversidade, o respeito as diferentes vozes, o diálogo com as universidades e demais coletivos, currículos plurais e identitários, com debates mais profícuos e democráticos. Defendem a escola pública, para todos e todas, com educação de qualidade, que não somente prepare os sujeitos para os intentos do mercado, mas que possibilite a autonomia necessária para pensarmos e construirmos os processos que necessitamos como sujeitos de nossa história.

Palavras-chaves: Educação Básica. Política Educacional. Currículo. Base Nacional Comum Curricular.

Referências Bibliográficas

ANFOPE. [Nota Anfope-BNCC. 14/09/2018. Disponível em: Nota-Anfope-BNCC-EM-2018-Brasilia-14setembro.pdf. Acesso em: 19 julho. 2022.](#)

ANPAE. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. **Comentários iniciais para a discussão do documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em www.gppege.org.br/ArquivosUpload/1/file/ANPAE-Doc-Preliminar-de-analise-da-BNCC-02-11-2015.pdf. Acesso em: 04 jun. 2020.

ANPED. **Nota da ANPED sobre a entrega da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE)**. 10/04/2017. Disponível em: www.anped.org.br/news/nota-da-anped-sobre-entrega-da-terceira-versao-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-ao. Acesso em: 04 jun. 2020.

APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *In: Revista e-Curriculum*, vol. 12, núm. 3, outubro-diciembre, 2014, pp. 1530-1555. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; FRANGELLA, Rita de Cássia; MACEDO, Elizabeth. Associação Brasileira de Currículo – AbdC. Documento produzido pela Associação Brasileira de Currículo (ABdC) encaminhado ao CNE no contexto das Audiências Públicas sobre a BNCC. **ANPED**. Rio de Janeiro, 16 de set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2VvklvNG>. Acesso em: 29 jan. 2019.

PEREIRA, Jennifer. **Nova Escola e padrão BNCC de docência: a formação do professor gerenciado**. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, SC, 2019.

PEREIRA, Maria Zuleide. A Centralidade da Pluralidade Cultural nos Debates Contemporâneos no Campo do Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, p. 169 – 184, 2016.

PEREIRA, Maria Zuleide. **Currículo e autopoíese**. 1ª ed. João Pessoa, Paraíba. Editora Universitária da UFPB, 2010.

PERONI, Vera Maria; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 1, p. 35-56, 2019.

PIRES, Mônica. **A influência empresarial na política curricular brasileira: um estudo sobre o Movimento pela Base Nacional Comum**. 2020. 358 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, Belo Horizonte, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.